FOTO: DIVULGAÇÃO

PROJETO DE AUTORIA DO VEREADOR PROFESSOR SEBASTIAN

PROJETO DE LEI EM ANÁLISE

PROJETO MEMÓRIA PODERÁ SE TORNAR PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL DE TANGARÁ

A PROPOSITURA *começa a tramitar em regime de urgência simples a partir desta terça*

FABÍOLA TORMES HOMSI / REDAÇÃO DS

Começa a tramitar na Câmara Municipal de Tangará da Serra o Projeto de Lei nº 048/2024, declarando o Projeto Memória, do Jornal Diário da Serra, como Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Tangará da Serra.

De autoria do vereador Professor Sebastian (União Brasil), a propositura começa a tramitar em regime de urgência simples a partir desta terça-feira, dia 10 de dezembro, e será deliberado na próxima semana, dia 16, na última sessão do ano.

"É um projeto que já alcança 12 anos de história no município, traz no seu histórico nomes de homens e mulheres que contribuíram com a construção do processo histórico do município de Tangará da Serra. E nada mais justo que o Poder Legislativo referendar nesse momento, após 12 anos, o Projeto Memória do Jornal Diário da Serra como sendo um Patrimônio Cultural e Imaterial aqui do nosso município", destaca o parlamentar, autor da proposta.

> ***É UM PROJETO QUE JÁ ALCANÇA 12 ANOS DE HISTÓRIA NO MUNICÍPIO***

"Uma tentativa de prestigiar e valorizar o patrimônio cultural e imaterial do município de Tangará da Serra é que eu, na condição de vereador, estou apresentando o projeto para reconhecer o Projeto Memória do Jornal Diário da Serra como patrimônio cultural e imaterial", completa, ao destacar que a propositura tem respaldo legal por meio da Lei Estadual nº 11323, de 23 de março de 2021, em seu artigo 1º, onde também inclui obras bibliográficas como patrimônio cultural e imaterial.

Lançado em 2012, Projeto Memória retrata a história de pessoas importantes para o desenvolvimento de nossa cidade, que receberam homenagens justas e tem seus nomes eternizados em ruas, escolas, praças e outros locais públicos e privados. Essas histórias de topônimos e pioneiros foram apresentadas nas páginas do Diário da Serra e de uma forma muito especial, eternizadas também em livros do Projeto Memória – uma coletânea com oito fascículos.

São 174 histórias contadas, que, entrelaçadas, retratam o surgimento, crescimento e esplendor de Tangará da Serra.

"Desejo que este título, como Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Tangará da Serra possa alavancar novas páginas desse brilhante projeto", finaliza.

FOTO: DIVULGAÇÃO

ETE PRECISA SER AMPLIADA

TANGARÁ DA SERRA

Projeto da concessão dos serviços de saneamento será votado nesta terça

A PREFEITURA *quer a concessão dos serviços à iniciativa privada*

SERGIO ROBERTO / ENFOQUE BUSINESS

Após figurar na ordem do dia por duas sessões ordinárias consecutivas, o Projeto de Lei 338/2024 que autoriza o Executivo Municipal a celebrar contrato de concessão dos serviços de saneamento básico do município, será votado somente a partir desta terça-feira, dia 10.

A prefeitura quer a concessão dos serviços de esgotamento sanitário e gestão dos resíduos sólidos à iniciativa privada, o que divide opiniões. No entanto, com ou sem concessão, o município precisa resolver esse gargalo até 2033.

Quanto aos resíduos sólidos, o município caminha para uma solução. O aterro sanitário está em vias de ter seu licenciamento liberado pela Sema-MT e o serviço de coleta já tem empresa contratada. Nesse sistema, cabe à empresa concessionada a coleta, tratamento e destinação do lixo doméstico, enquanto a coleta seletiva será mantida nos moldes atuais, sob a responsabilidade da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra (Coopertan).

Porém, é no tratamento de esgoto/efluentes que a cidade se depara com seu maior gargalo. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), inaugurada há cerca de 20 anos, está no limite de sua capacidade. As redes coletoras de esgoto instaladas na cidade desde 2014 não podem ser usadas em sua maior parte por força da incapacidade da ETE.

> ***A PREFEITURA DEFENDE A CONCESSÃO (E NÃO A PRIVATIZAÇÃO) DOS SERVIÇOS***

Esse entrave restringe investimentos da iniciativa privada, comprometendo a geração de empregos e renda no município. Em função disso, também não há como autorizar novos empreendimentos imobiliários. Ou seja: o gargalo do esgoto impede o crescimento estrutural e econômico da cidade.

Para desatar esse nó, o município precisa investir algo em torno de R$256 milhões, segundo estudos da Fundação Vanzolini.

A prefeitura defende a concessão (e não a privatização) dos serviços à iniciativa privada.